1 **ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM**
2 **SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ.**
3

4 Aos vinte e nove de agosto de 2018, às 14:00 horas, na sala de reuniões do Gabinete do Sr.
5 Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, sito à Rua Piquiri, 170, bairro
6 Rebouças, em Curitiba, Estado do Paraná, reuniram-se os membros do Conselho Curador
7 da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, para a 44ª Reunião
8 Ordinária, segundo convocação ocorrida na reunião anterior, quanto aos seguintes
9 assuntos: *a) acompanhamento dos itens anteriormente aprovados pelo Conselho Curador*
10 *em andamento de execução pela Diretoria Executiva; b) Assuntos Gerais.* Iniciados os
11 trabalhos o Secretário de Estado da Saúde e Presidente do Conselho Curador, o Sr. Antônio
12 Carlos Nardi, no uso de suas atribuições por Lei conferidas e ratificadas no Estatuto da
13 Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, indica como Secretário *ad*
14 *hoc* deste trabalho, com a anuência e aprovação unânime dos conselheiros presentes a Sra.
15 Roberta Rocha, Secretária Executiva da FUNEAS, para secretariar os trabalhos e lavrar a
16 presente Ata de Reunião. Não há a participação de alguns membros do Conselho
17 Consultivo, embora devidamente informados da data e local da realização desta reunião. O
18 Sr. Presidente no exercício dos trabalhos cumprimentando a todos os Conselheiros declara
19 instalado os trabalhos. Feita a leitura e a aprovada pelos conselheiros a ata da 42ª Reunião
20 Ordinária. Presidente do Conselho Curador e Secretário de Estado da Saúde, Antônio
21 Carlos Nardi agradece a presença dos participantes. comenta visita que fizeram ao
22 município de Paranaíba, em que visitaram uma horta comunitária. Comentou outras
23 experiências exitosas feitas no Paraná em relação ao SUS. Comentou sobre uma visita
24 realizada ao HRSWAP, em Francisco Beltrão, e sobre a importância de manutenção do
25 atendimento aos usuários do serviço de saúde. Falou sobre a tendência de mudança de
26 terminologia utilizada para se referir aos usuários dos serviços de saúde em nível
27 internacional. Sugeriu que este tema possa ser enfrentado nas próximas conferências de
28 saúde realizadas pela SES/PR, bem como o acesso às políticas de saúde. Em seguida foi
29 aprovada a ata da 43ª reunião, cuja leitura foi dispensada. O sr. Carlos Lorga toma a
30 palavra. Expõe brevemente os temas a serem enfrentados na presente reunião, quais
31 sejam: Processo Seletivo Simplificado, e Credenciamento de serviços médicos para o
32 HIWM, metodologia e estratégia para manutenção dos serviços daquele hospital,
33 metodologia plano de ação para a cirurgia ortopédica do Centro Hospitalar de Reabilitação –
34 CHR -, conquista da certificação do CER III do CHR, e assuntos gerais; O Sr. Secretário de
35 Saúde informa que para a obtenção da certificação CER III foi necessário o empenho
36 pessoal da Governadora; que com a certificação, haverá repasses de valores que
37 incrementarão as ações de saúde, o que representa uma conquista importante na história
38 do Hospital. O Conselheiro Eliel toma a palavra. Solicita que se verifique se consta na Ata

39 sobre a necessidade de realizar visita no Hospital de Telêmaco Borba. Relembra aos
40 presentes que o Conselho Curador, dentro de suas competências, se encontra
41 hierarquicamente acima inclusive do secretário de Saúde. Que está preocupado com a
42 ausência de usuários nas reuniões do Conselho Curador, e que essa situação deve ser
43 avaliada do ponto de vista jurídica. Solicita que seja oportunizada a participação dos
44 usuários. Questiona sobre a ausência de uma conselheira, representante dos usuários, e
45 afirma que tal ausência se deu por falta de estrutura a ser proporcionada pela FUNEAS.
46 Que o suplente foi convocado, e que mesmo assim este não está presente. Que isso é ruim
47 para o bom andamento da política de saúde e das atividades do conselho curador. O Sr.
48 Secretário de Saúde informa que estes pontos constam da Ata da 43ª Reunião, e que a Ata
49 é fidedigna com o que transcorreu na reunião. Que, em relação à ausência dos
50 conselheiros, estas estão adstritas a regras constantes do decreto de nomeação. O Sr.
51 Carlos Lorga toma a palavra. Informa que, em relação à disponibilização de diárias para os
52 conselheiros, é respeitado o que dispõe o Decreto que regulamenta o tema. Que isso vale
53 tanto para Conselheiros como para Diretores e colaboradores da FUNEAS. Que isso
54 engloba alimentação e hospedagem. A Sra. Roberta Rocha informa que, em se tratando de
55 “meia diária”, não é possível fazer ressarcimento de valores gastos com taxi, por ausência
56 de previsão legal. Que as passagens aéreas são custeadas pela FUNEAS. O Sr. Secretário
57 de Saúde informa que pode haver, caso entendam cabível, reivindicação dos conselheiros
58 no sentido de se adequar as regras relativas a custeio. O Conselheiro Eliel questiona sobre
59 o não pagamento de taxi, pois ele mesmo já recebeu ressarcimentos nesse sentido. A Sra.
60 Roberta Rocha informa que estes ressarcimentos foram efetuados pela SESA, e que a
61 FUNEAS jamais efetuou pagamentos nesse sentido. O Sr. Secretário de Saúde reitera que,
62 independentemente disso, pode haver encaminhamento por parte dos Conselheiros, se
63 assim desejarem, de solicitação, que passará pelo crivo da PGE/PR e do TCE/PR, haja vista
64 se tratar de exceção à regra, para revisão das condições de custeio. Em relação ao Hospital
65 de Telêmaco Borba, informa que . O Sr. Carlos Lorga toma a palavra e introduz o próximo
66 assunto da reunião, qual seja, a prorrogação dos contratos de trabalho originados do
67 Processo Seletivo Simplificado. Comunica aos presentes que está em trâmite o protocolo nº
68 14.370.293-6, que trata do concurso público da FUNEAS. Que inicialmente foi optado pela
69 realização do PSS para que fosse possível realizar um levantamento adequado das reais
70 necessidades de mão-de-obra para cumprimento das metas do contrato de gestão. Que
71 este protocolo aguarda apreciação pela Secretaria de Administração e Previdência – SEAP-
72 Que há previsão expressa em legislação e no edital a respeito da possibilidade de
73 prorrogação dos contratos. Que persiste a necessidade dos serviços prestados pelos
74 servidores temporários. Que, em vista disso, se solicita autorização de prorrogação de todos
75 os contratos originários do PSS. Reitera que estas contratações não são feitas para

76 substituir servidores públicos. Que não foram idealizadas para protelar concurso público da
77 SESA/PR, mas sim unicamente para a entrega das metas previstas no Contrato de Gestão,
78 a exemplo de ativação de leitos, como UCI Neonatal. Que, após este período, será realizado
79 concurso público. Que, em sendo aprovado pelo Conselho Curador, será enviado
80 memorando às unidades hospitalares para que interpelem os profissionais acerca do
81 interesse de prorrogar os contratos. Que não havendo manifestação expressa, será
82 considerado como não interesse em renovar, caso em que será convocado o próximo
83 colocado da classificação geral. Posta a proposta em votação, esta foi aprovada por
84 unanimidade. Em seguida, o Sr. Carlos Lorga passou ao próximo assunto em pauta, a
85 saber, o Credenciamento de Serviços Médicos do Hospital Infantil Waldemar Monastier –
86 HIWM. Solicitou que constasse em ata a situação do processo licitatório relativo ao HIWM.
87 Que, por situação de adequação legal, o processo licitatório foi revogado, para
88 reestruturação do edital. Que, nessa circunstância, e para que não haja desassistência aos
89 pacientes, bem como para manutenção da segurança jurídica, e para encerrar o pagamento
90 via RPA, optou-se pela realização de Credenciamento de serviços médicos. Que, em vista
91 da missão do hospital, solicita-se autorização para, como já realizado em outras unidades,
92 realizar Credenciamento, sem prejuízo da continuidade do trâmite do processo licitatório.
93 Que está garantido o direito de petição dos administrados e das empresas interessadas no
94 sentido de formular impugnações aos termos de editais de licitação. Que a intenção do
95 Credenciamento é gerar estabilidade, com a existência de instrumento contratual que
96 preveja claramente regras e deveres às partes. Que serão praticados os mesmos valores,
97 sem pagamento de produção. Que será estabelecido o que é plantão de sobreaviso e o que
98 é plantão presencial, dentro do que preveem as normas de saúde. Que a proposta originou
99 dois tipos de plantão de sobreaviso: o primeiro, chamado *plantão de sobreaviso clínico*, tem
100 natureza de orientação e consultoria. O segundo, chamado *sobreaviso de procedimento e*
101 *exames*. O Sr. Paulo Rogerio da Costa toma a palavra. Informa que, dentro do universo de
102 profissionais que atuam no HIWM, o padrão de qualidade exigido é elevadíssimo, sob pena
103 de a qualidade de assistência ser prejudicada. Que mesmo assim, com profissionais
104 gabaritados, é difícil o atendimento das situações que se apresentam, uma vez que o HIWM
105 é referência de pediatria no estado do Paraná. Que tais profissionais têm por prática a
106 cobrança de valores diferenciados, com preço a maior em torno de R\$ 15,00 (quinze reais)
107 por hora. Que essa é a situação que se apresenta na prática no mercado. Foi discutido
108 sobre a viabilidade do pagamento pleiteado. O Dr. Paulo Rogerio da Costa expõe aos
109 presentes sobre a especialidade do serviço, o que poderia justificar o pagamento com o
110 incremento de R\$ 15,00 (quinze reais), em relação ao sobreaviso clínico. Que não se deve
111 confundir o que se propõe com a figura do responsável técnico. Que caso não se aprove a
112 proposição, haveria prejuízo à prestação de saúde. O Conselheiro Márcio apoia a

113 proposição, na medida em que poderia haver prejuízo à assistência. O Sr. Carlos Lorga
114 defende a aprovação da proposta, como medida moralizadora das relações com os
115 prestadores e de segurança jurídica, e que a proposta não deve ser confundida com
116 hipóteses de segunda opinião médica. Continuam as discussões sobre a proposta. O
117 enunciado da proposta é “aprovar o plantão de sobreaviso clínico, ao valor de R\$ 15,00
118 (quinze reais) por hora mediante avaliação pelo Conselho Curador, a respeito da efetividade
119 do serviço, para manutenção ou não. Para avaliar a efetividade serão utilizados os relatórios
120 de atendimento e as circunstâncias em que os profissionais foram chamados.” A avaliação
121 será feita em 120 dias. Posta em votação, a proposta foi aprovada. O Dr. Lorga passa ao
122 próximo tópico, qual seja, a forma de pagamento do sobreaviso. Informa aos presentes que
123 a Lei 18.136, art. 4, parágrafos 4º e 5º, usada como paradigma, dispõe que o regime de
124 plantão de sobreaviso será pago na proporção da hora normal de trabalho ao servidor
125 previamente escalado pela administração a permanecer além da escala normal de trabalho.
126 O parágrafo 5º dispõe que, no plantão de sobreaviso, será remunerado pelo valor da hora
127 normal, mais o valor relativo a hora extraordinária, cessando o pagamento do terço
128 correspondente ao valor de sobreaviso. Por hora extraordinária, tem-se que, durante os dias
129 de semana será adicional de 50%, e para os finais de semana será de 100% sobre a hora
130 normal. O enunciado da proposta para os profissionais que fazem procedimentos e exames
131 é: **”No momento em que o profissional, estando de sobreaviso, registra sua presença**
132 **no Hospital, durante aquelas horas em que estiver à disposição, entre a entrada e a**
133 **saída, será pago o valor de plantão presencial normal”**. Que quando o profissional
134 registra a saída, passa novamente a ser remunerado no valor correspondente ao
135 sobreaviso. A proposta é discutida entre os presentes. Que esta proposta é mais barata do
136 que se pratica no âmbito a SESA. Que isso será válido para os contratos que forem
137 celebrados a partir da aprovação. Posta a proposta em votação, a mesma foi aprovada por
138 unanimidade. O Dr. Lorga passa ao próximo tópico, qual seja, em relação à
139 **responsabilidade Técnica**. Informa aos presentes que esta situação já foi debatida em
140 reuniões anteriores. Que os procedimentos de licitação para a contratação de Responsável
141 Técnico não obtiveram sucesso, especialmente em relação ao desacordo das propostas à
142 realidade do mercado. Que esta instabilidade levou à proposta, cujo enunciado é
143 “estabelecer dentro dos procedimentos de Credenciamento um pagamento diferenciado
144 para Responsabilidade Técnica, que deve ser fundamentada ou em resolução do Conselho
145 de Classe (CFM/CRM), ou por necessidade do serviço, mediante justificativa fundamentada
146 da Direção do Hospital”. O valor proposto é de R\$ 6.144,77 (seis mil, cento e quarenta e
147 quatro reais e setenta e sete centavos), que corresponde à pesquisa de mercado e a 50%
148 do que é praticado na remuneração de Direção Técnica da FUNEAS. Que essa medida
149 encerra a especulação não cobrar responsabilidade da empresa, pois passa a ser relação

150 contratual e evita a especulação de mercado, situação que se tem verificado. A proposta é
151 discutida entre os presentes. Posta a proposta em votação, a mesma foi aprovada por
152 unanimidade. Em relação aos assuntos gerais, o Conselheiro Eliel reitera a necessidade de
153 se discutir o pagamento de taxi aos conselheiros. Em seguida é feita a apresentação, pela
154 Sra. Marcia Regina Santos, que informa os presentes sobre a obtenção da acreditação do
155 CER III para o Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier. Expõe sobre a
156 especialidade de cada um dos profissionais, e sobre a natureza dos serviços prestados no
157 Hospital. Informa aos presentes que já foram realizadas entregas na ordem de 1.673
158 órteses, próteses e materiais Especial – OPME -, o que trouxe eficiência ao serviço de
159 atendimento da fila de OPME reprimida, e que isso quase que zerou as solicitações
160 formuladas pelo Ministério Público. Expõe aos presentes sobre o plano de ação das
161 cirurgias ortopédicas que se pretende realizar. Que será uma ação de 30 dias, para realizar
162 em torno de 500 procedimentos. Que serão utilizados os profissionais que já prestam
163 serviços no âmbito do CHR. Que a remuneração será feita mediante tabela SIGTAP. Que os
164 profissionais realizarão os procedimentos deste plano de ação fora do horário normal de
165 escalas dos profissionais. Que o objetivo é melhoria de qualidade de mobilidade dos
166 pacientes. Que o carro chefe é o plano de ação de cirurgia ortopédica. Que para isso se
167 pretende abrir mais 10 leitos cirúrgicos. Que na sexta-feira o CHR conseguiu a habilitação
168 do CER III. Que não se trata de mutirão, mas sim plano para atingimento das metas do
169 Contrato de Gestão. Fica definida que a 45ª Reunião do Conselho Curador ocorrerá no dia
170 25 de setembro de 2018, com início às 09:00 horas, na sala de Reuniões do Gabinete do
171 Secretário, com os seguintes assuntos: a) *acompanhamento dos itens anteriormente*
172 *aprovados pelo Conselho Curador em andamento de execução pela Diretoria Executiva;* b)
173 *Assuntos Gerais*. Dada a palavra aos presentes, nada mais foi dito. Submete-se a presente
174 ata para aprovação em próxima reunião do Conselho. Assinam a ata a Secretária Executiva
175 da FUNEAS, como secretária *ad hoc*, Sra. Roberta Rocha, e o Presidente do Conselho
176 Curador em exercício, Sezifredo Paulo Alves Paz.

177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190

Sezifredo Paulo Alves Paz
Presidente do Conselho Curador, em exercício

Roberta Rocha
Secretária ad hoc